



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181266 - MG (2021/0225750-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
SUSCITANTE : RODOREAL LOGISTICA EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : RODOREAL TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : GENARIO DE ARANTES CAMPOS JUNIOR - MG108250
CARLA PATRICIA DE MOURA CASTRO E CAMPOS - MG083120
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL, DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS, DE REGISTROS PÚBLICOS E DE ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE BETIM - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM - MG
INTERES. : GERALDO PEREIRA LOPES
ADVOGADO : JORGE DA SILVA SALLES - MG050492

DESPACHO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por RODOREAL LOGISTICA EIRELI e RODOREAL TRANSPORTES LTDA., ambas em recuperação judicial, em que apontam como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL, DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS, DE REGISTROS PÚBLICOS E DE ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE BETIM (MG) e o JUÍZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM (MG).

A recuperação judicial das suscitantes foi deferida em 3/8/2020 pelo Juízo de Direito da Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Betim (MG), com a determinação de suspensão das ações e execuções movidas contra as recuperandas.

Afirmam as suscitantes que, a despeito do deferimento da recuperação judicial, o "Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Contagem/MG determinou o prosseguimento da execução nos autos da reclamatória trabalhista, em curso perante aquele juízo, inclusive determinando leilão de imóvel de um dos sócios" (fl. 5). Defendem a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio e de seus sócios.

Postulam, liminarmente, a suspensão dos "efeitos de todos os atos de expropriação determinados pelo MM. Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Contagem/MG,

nos autos do processo no 0208000-16.2008.5.03.0131 e na Carta Precatória de número 000222-11.2017.5.17.0151, bem como determinado àquele que cancele o LEILÃO DESIGNADO e que se abstenha de proceder a novos atos expropriatórios contra as empresas Rodoreal Logística Eireli – EPP e Rodoreal Transportes Ltda, bem como contra seus sócios" (fls. 14-15).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 21, XIII, c, do RISTJ, decidir, "durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que reclamem urgência".

Ou seja, a urgência que autoriza a atuação em plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito, hipótese que não é a dos autos.

Entre a presente data e a do reinício das atividades normais do Superior Tribunal de Justiça, não se antevê a hipótese extraordinária prevista no RISTJ, pois, o leilão a que se referem as suscitantes ocorrerá por meio eletrônico, tendo início no dia 1/9/2021 e encerramento em 20/9/2021 (fl. 2.392).

Assim, encaminhem-se os autos ao relator, Ministro Moura Ribeiro .

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente